



## Índice

- 01** [Xavantes tentam invadir Fórum em MT, mas juiz mantém prisão de índio](#)
- 02** [Índios Munduruku mantem vereadores em cárcere privado](#)
- 03** [I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira vai debater Convenção 169 da OIT](#)
- 04** [Indígenas do Amazonas recebem assistência para produzir alimentos](#)
- 05** [Cláudio Carvalho defende direitos indígenas em Audiência Pública](#)
- 06** [MPF cobra realização de concurso para professores indígenas](#)
- 07** [Iagro começa vacinação contra aftosa em área de conflito indígena na próxima quinta](#)
- 08** [6ª Câmara do MPF define enunciado sobre indenização a ocupantes de terras indígenas](#)
- 09** [Comissão avança na avaliação das propostas para solução de conflitos indígenas em MS](#)
- 10** ["Questão indígena na história do Piauí" é tema de debate no Campus de Parnaíba](#)



**Xavantes tentam invadir Fórum em MT, mas juiz mantém prisão de índio**

SÍTIO CLICHOJE, 25.06.2013

Mesmo com a pressão dos índios xavantes que cercaram o fórum ao ponto de ser cancelado o expediente de trabalho, o juiz Marco Antônio Canavarro manteve a prisão de Aurélio Xavante, 31 anos, detido por direção perigosa em carro com chassi adulterado e portando munições. O clima ficou tenso em Nova Xavantina porque o índio em questão é filho neto do cacique Alexandre e filho do cacique Mauro que em companhia de mais 100 índios da aldeia Mutum de Nova Nazaré tentaram libertar o índio a todo custo nesta segunda-feira.

A polícia não cedeu muito menos a Justiça mesmo com o pedido favorável pelo relaxamento da prisão por parte do promotor Caio. O comandante do 13º comando regional de Água Boa, coronel Jorge Luís, acompanhou de perto toda a negociação e concordou com a decisão do juiz.

O militar lembrou que o indígena foi preso no perímetro urbano dirigindo com sintomas de embriaguez, portando munição e o carro com chassi adulterado e registro de furto e roubo. Um advogado acompanhou o pedido dos índios junto ao fórum. "Nós conversamos com os caciques e pedimos a compreensão deles que respeitem a decisão do juiz e busquem um recurso junto ao TJ", destacou Jorge.

Em função da presença dos índios pintados portando bordunas, arcos e flechas e ameaçando invadir o fórum, o juiz Canavarro decidiu cancelar o expediente hoje e solicitou reforço policial. Duas equipes da PM foram deslocadas de Água Boa e Barra do Garças para ajudarem o efetivo da PM e PC que ficaram enfrente ao fórum.

Por volta das 17 horas, os índios subiram num caminhão e seguiram pela BR 158 provavelmente retornando para aldeia em Nova Nazaré. O coronel Jorge espera que eles tenham entendido a situação. O índio Aurélio foi encaminhado para o presídio de Água Boa.

A decisão de manter o índio preso é inédita na região do Araguaia mesmo com a pressão dos índios. A informação é que a sociedade de Nova Xavantina aplaudiu a decisão do Judiciário e destacou que os índios têm entender que a lei na cidade é aplicada para todos.

Os caciques tentam argumentar que os índios são aculturados e não entendem a questão das leis e por isso que houve a detenção.

Ronaldo Couto



## **Índios Munduruku mantem vereadores em cárcere privado**

SÍTIO NOTAPAJÓS, 25.06.2013

*Eles querem apoio na luta contra a construção de usinas no rio Tapajós. Indígenas confiscaram material de trabalho dos pesquisadores feitos reféns.*

Região - Os índios Munduruku invadiram nesta segunda (24) a Câmara Municipal de Jacareacanga, sudoeste do Pará, e mantiveram os vereadores em cárcere privado por cerca de cinco horas. Segundo a polícia, o prédio foi pichado pelos indígenas. Eles querem o apoio dos vereadores na luta contra a construção de usinas no rio Tapajós.

No domingo (23), os indígenas libertaram os três pesquisadores da Eletrobrás, feitos reféns desde a última sexta-feira (21). Quando foram encontrados pelos índios, os técnicos estavam coletando amostras da fauna e flora da região para os estudos ambientais e de viabilidade das usinas hidrelétricas do rio Tapajós, que afetarão o território da etnia.

Os pesquisadores libertados já estão a caminho de casa, mas os Munduruku confiscaram todo material de trabalho dos estudiosos. O governo federal ainda está negociando uma data para realizar as consultas públicas que os índios exigiram.

### Entenda o caso

Três pesquisadores de uma empresa terceirizada pela Eletrobrás foram mantidos reféns por índios Munduruku de sexta-feira (21) até domingo (23), na cidade de Jacareacanga. Segundo Valdenir Munduruku, umas das lideranças indígenas, os pesquisadores teriam sido encontrados no rio Tapajós, próximo a uma aldeia.

De acordo com nota divulgada no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cerca de 25 pesquisadores foram retirados da terra indígena Munduruku pelos próprios indígenas, na última sexta (21), em Jacareacanga.

Além dos pesquisadores, todo o equipamento usado por eles, como computadores, redes de pesca, máquinas fotográficas e armadilhas foram apreendidas pelos indígenas. Segundo os indígenas, mesmo com as manifestações e negociações em Brasília, as pesquisas na região não pararam e os índios se sentem traídos pelo governo, e conta como foi a operação dos índios.

Um grupo formado por representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça (MJ) chegaram a Itaituba, a 400 quilômetros de Jacareacanga, para negociar com os indígenas.

Em nota, a Eletrobrás informou que nenhum dos locais visitados pelos pesquisadores é terra indígena e que os índios apreenderam câmeras fotográficas e computadores com os registros da expedição e o material coletado pela equipe.

Fonte: G1 PA



**I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira vai debater Convenção 169 da OIT**  
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 25.06.2013

*O Conselho Indígena de Roraima (CIR) promove de hoje (25/6) até quinta (27/6) o I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira com o tema "Um olhar sobre a Convenção 169 da OIT".*

O evento será realizado no Centro Regional, localizado no município de Normandia, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O objetivo é discutir, identificar e mapear os problemas das comunidades indígenas localizadas na fronteira de Roraima, Guiana e Venezuela, abordando os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais dos povos indígenas. As lideranças buscam soluções para as suas preocupações de acordo com o tema central do evento. A Secretaria-Geral participa como convidada no evento para debater o processo de regulamentação da consulta, a cargo do assessor Thiago Garcia.

O Coordenador do CIR, Mário Nicácio reforça a idéia de que povos indígenas não têm fronteiras, pois vivem em tríplice fronteira, Brasil, Guiana e Venezuela, e com a realização do evento, a Organização só fortalece a atribuição de defender os direitos dos povos indígenas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, buscando sempre respeitar e valorizar a diversidade cultura dos povos. Joenia Wapichana, coordenadora do Departamento Jurídico que organiza o evento, destaca que o I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira é por considerar uma série de recomendações das comunidades e suas lideranças indígenas para debater acerca de problemas que envolvem Brasil-Guiana e Brasil-Venezuela, e conhecer os mecanismos internacionais de direitos, tal como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT

Para o evento foi mobilizada a participação de lideranças indígenas das regiões fronteiriças de Roraima, da Guiana e Venezuela, organizações indígenas e autoridades dos consulados dos países vizinhos. Haverá também a presença de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho. Em Roraima as terras indígenas localizadas nas áreas de fronteira são: Terra Indígena Jacamim, Terra Indígena Manoá – Pium, Terra Indígena Raposa Serra do Sol e Terra Indígena São Marcos e Yanomami.

Para o último dia do evento (27), está programada a análise de conjuntura das demandas apresentadas e discutidas durante os dias anteriores, subsídios que serão necessários para apontar os desafios e as perspectivas, além de firmar acordos entre os participantes. O mapeamento e acordos são focos principais do evento. O I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira tem o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), Organização Internacional do Trabalho(OIT) e Projeto Nova Cartografia da Amazônia(PNUD), da Universidade Estadual do Amazonas(UEA).

De acordo com os organizadores, essa será a primeira vez que povos indígenas de áreas fronteiriças vão dialogar e analisar questões na visão da Convenção 169 da OIT, povos que vivem e convivem com realidades diferentes, culturas e valores tradicionais, que até então, são

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 110 / 2013

Brasília, 26 de junho de 2013.

desconhecidas entre o meio. O momento não marca somente o encontro dos povos, o diálogo diferenciado entre o Estado e os indígenas, que buscam em comum acordo ações e propostas, para a solução das problemáticas, mas também o fortalecimento, a união e luta, em defesa de direitos, garantias de vida sem ameaças, ou riscos sociais, culturais, ambientais e econômicos as comunidades indígenas localizadas nas áreas de fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela.



## **Indígenas do Amazonas recebem assistência para produzir alimentos**

SÍTIO BRASIL.GOV.BR, 25.06.2013

*Até agosto deste ano, 300 famílias receberão os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural*

Cerca de 300 famílias do estado do Amazonas receberão os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ater/MDA). Será possível aperfeiçoar conhecimentos em produção de alimentos para segurança alimentar e nutricional e organização da produção para a comercialização. Os serviços serão disponibilizados para agricultores indígenas do Território da Cidadania Rio Negro com investimento total de R\$ 1,7 milhão.

Até agosto deste ano, três municípios que fazem parte do Território e pelo menos cinco Terras Indígenas da região, de um total de 12, serão beneficiados com os serviços. Nessa área, mais de 54% da população vive no meio rural. Para facilitar a organização dos trabalhos será estabelecido um técnico para cada 60 famílias.

“Os serviços de Ater indígenas cumprem um papel fundamental, principalmente na capacitação desses povos, no entendimento de como acessar essas políticas. E isso qualifica muito o trabalho deles, tanto de produção como no auxílio à comercialização”, acrescenta o coordenador de ações indígenas do MDA, Luiz Fernando Souza.

O delegado federal do MDA no Amazonas, Arivan Reis, reforça que os agricultores indígenas passam por dificuldades na produção e que os serviços de Ater os ajudarão nesse processo. “A principal fonte de renda deles é o extrativismo. Naquela região, a forma de trabalho das pessoas é muito difícil, muitas vezes até com trabalho escravo. Quando você traz uma iniciativa assim, gera expectativa que esse trabalho, realmente, mude a vida dessas pessoas. Que os ajude, inclusive, na organização”, diz. Segundo Arivan, a piaçava e o peixe ornamental são os itens com que os indígenas mais trabalham.



## **Cláudio Carvalho defende direitos indígenas em Audiência Pública**

SÍTIO PORTAL RONDÔNIA, 25.06.2013

Uma Audiência Pública requerida pelo deputado estadual, Cláudio Carvalho (PT), para tratar questões indígenas, aconteceu na manhã desta terça-feira (25) na Assembleia Legislativa de Rondônia. A sessão foi presidida pelo próprio autor do requerimento, com a participação dos principais líderes indígenas de todo Estado, representante do Ministério Público Federal, FUNAI entre outros órgãos ligados a causa.

Procurado pelos líderes Karitiana e Suruí, após participar de um evento indígena realizado no Teatro Banzeiros em Porto Velho, o deputado se sensibilizou com a causa e solicitou do presidente da Assembleia uma Audiência Pública para ouvir os indígenas e juntamente com as autoridades no âmbito estadual buscar soluções que possam atender toda a população, "destes importantes cidadãos brasileiros nativos de nosso solo, a quem devemos muito respeito" destacou o parlamentar.

A representante do Conselho de Missão entre índios, Jandira Keppi, parabenizou o deputado pela iniciativa e destacou a importância de aproximar o povo indígena das autoridades, justamente no momento em que uma verdadeira crise se instalou no Congresso Nacional, nas discussões de direitos e respeito ao povo nativo do nosso País.

O principal tema de discussão da Audiência foi relativo a estruturação da educação indígena em nosso estado. O Projeto de Lei 578 aprovado em junho de 2010 estabelece concurso público específico para contratação de profissionais da educação para atuarem nas aldeias, mas segundo os representantes participantes da Audiência, não saiu do papel, "nunca foi colocado em prática" se queixou o representante do Conselho Nacional de Políticas Indígenas (CNPI) líder Karitiana, Wellington Gavião. Ele criticou duramente a ausência dos parlamentares na Audiência, "isso é uma falta de respeito com o nosso povo, só aparecem em nossas aldeias na hora do voto" desabafou. Para ele, falta plano de governo não só para educação, mas, saúde, segurança pública e demarcação de áreas indígenas.

As poucas escolas existentes estão em situações precárias segundo levantamento feito pelo deputado Cláudio Carvalho, falta estrutura física e administrativa. O deputado criticou a postura do governo do estado em relação aos trabalhadores da educação, "o descaso com que o governo do estado vem tratando os trabalhadores da educação que estão à tempos de greve é inaceitável" disse o parlamentar, com os índios a situação é ainda pior.

O Presidente da Associação Karitiana, Antenor Karitiana, também elogiou a iniciativa da Audiência, "não queremos servir apenas para votar, queremos ser ouvidos, nosso povo não está aqui não é por descaso, mas sim por falta de condições, nos deslocamos até aqui com recursos próprios" disse o líder indígena. Segundo ele, são 54 diferentes povos indígenas no estado vivendo no fogo cruzado entre, índios, fazendeiros e poder público que quase nada faz, "já estamos quase em extinção, nosso povo está morrendo" disse. Antenor pediu que os

CONT.



deputados presentes, Zequinha Araújo (PMDB), Ribamar Araújo (PT) fossem com o deputado Cláudio Carvalho até o governador, para marcarem uma audiência com os representantes indígenas. O líder anunciou uma grande manifestação em outubro deste ano e pediu apoio ao deputado Cláudio Carvalho.

O representante do Ministério Público Federal de Rondônia, Dr. Raphael Bevilaqua, disse que o MPF/RO está engajado nesta causa e pediu aos parlamentares que ajudem na fiscalização e cumprimento da legislação para educação indígena, uma vez que já fora aprovada pelos deputados. O procurador destacou o Projeto Açaí que visa a formação de professores indígenas e que o recurso existe e se não for utilizado até o fim do ano, volta para União, mas depende da Secretaria Estadual da Educação. Todos os presentes criticaram a ausência da secretária estadual de educação, que não mandou sequer um representante.

Cláudio Carvalho solicitou todas as demandas debatidas durante a Audiência e disse que irá elaborar um documento e encaminhar ao governador do Estado solicitando a reunião com os indígenas e soluções imediatas para as reivindicações, "esta causa agora também é deste parlamentar" disse Cláudio.

Eliel J. Neto  
Assessoria



---

**MPF cobra realização de concurso para professores indígenas**

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 25.06.2013

*Em audiência pública na Assembleia Legislativa, MPF e indígenas apontaram as prioridades para a Educação nas aldeias.*

A educação escolar indígena foi discutida hoje, 25 de junho, em audiência pública na Assembleia Legislativa de Rondônia. O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF) estava presente e cobrou a realização do concurso público para contratação de professores indígenas.

O procurador da República Raphael Bevilaqua e os indígenas presentes apontaram quatro tópicos que precisam ser tratados com prioridade na educação indígena. O primeiro é a conclusão do Projeto Açaí, feito pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc), que capacita indígenas para exercer o magistério. "Com indígenas capacitados, pode-se implementar o segundo ponto das prioridades: a realização do concurso público para professores indígenas", argumentou o procurador. Os outros pontos cobrados foram a conclusão de 20 escolas indígenas e a implementação do ensino médio nas aldeias.

Na audiência estavam presentes Antenor Karitiana, Antônio Puruborá, Wellington Gavião e outras lideranças indígenas; o vereador Arão, indígena da aldeia Laje Novo, de Guajará-Mirim; representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); e os deputados Cláudio Carvalho, Zequinha Araújo e Ribamar Araújo. A Seduc não enviou nenhum representante, o que foi motivo de reclamação entre todos os presentes, uma vez que todos os pontos discutidos estão diretamente relacionados aos trabalhos daquela secretaria.

Os deputados se comprometeram a cobrar da Seduc e das secretarias municipais de Educação os pontos prioritários da educação indígena. "É importante que o poder legislativo fiscalize a atuação do poder executivo quanto às demandas dos povos indígenas de Rondônia na área de Educação", ressaltou o procurador.

Fonte: MPF/RO



---

**Iagro começa vacinação contra aftosa em área de conflito indígena na próxima quinta**  
SÍTIO JLNEWS, 25.06.2013

**IAGRO**

A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) começa na próxima quinta-feira (27) a vacinação contra febre aftosa do rebanho bovino da região dos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. A ação foi definida na noite de ontem (24), na aldeia Buriti em Sidrolândia e teve a presença do procurador da República em Mato Grosso do Sul, Emerson Kalif; da diretora-presidente da Iagro, Maria Cristina Carrijo; de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai); das aldeias e da Força Nacional.

De acordo com a diretora-presidente da Iagro, a vacinação começará logo pela manhã do dia 27, nas aldeias Córrego do Meio e Lagoinha, de Sidrolândia. "Cada equipe da Agência será acompanhada por dois policiais da Força Nacional", frisou. No dia 28, a vacinação acontece em Dois Irmãos do Buriti, começando pelas aldeias Recanto e Barreirinha.

Não há estimativas de quantas cabeças serão vacinadas e nem do prazo para o término de toda a vacinação. "Só teremos a confirmação de números durante as ações, pois o processo de imunização depende muito de fatores externos", explicou Maria Cristina.

Ainda segundo a titular da Iagro, a intenção é vacinar o gado remanescente dos produtores e dos índios, ou seja, 100% do rebanho. "Pois o nosso dever é assegurar a sanidade de Mato Grosso do Sul e queremos fazer isso o mais rápido possível", finalizou.



---

**6ª Câmara do MPF define enunciado sobre indenização a ocupantes de terras indígenas**

SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 25.06.2013

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (populações indígenas e comunidades tradicionais) deliberou pela edição de novo enunciado durante o XIII Encontro Nacional, realizado na semana passada, em João Pessoa (PB). A proposição trata da possibilidade de indenização financeira aos ocupantes de terras indígenas – o pagamento poderia ser relativo à própria terra e não apenas às benfeitorias.

O texto é o seguinte: "É possível o pagamento de indenização aos ocupantes de terras indígenas (possuidores ou não de títulos) com base no princípio da proteção à confiança legítima. O cabimento e os limites de aplicação desse princípio serão analisados casuisticamente".

Além disso, foi reiterada conclusão do XII Encontro Nacional, realizado em 2012, sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, entre outras determinações, prevê consulta livre, prévia e informada a povos indígenas e tribais "cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente". Para a 6ª Câmara, "o veto [dos povos indígenas e tribais] tem caráter vinculante e definitivo nos casos de risco de danos irreversíveis e irreparáveis à integridade física e cultural dos povos e comunidades afetadas. Nos demais casos, deverão ser apresentados argumentos que enfrentem as razões do veto".



## **Comissão avança na avaliação das propostas para solução de conflitos indígenas em MS**

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 25.06.2013

Na primeira reunião ordinária realizada em Campo Grande/MS, o início desta semana, a Comissão instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para buscar soluções para o conflito entre índios e proprietários rurais em Mato Grosso do Sul discutiu a constitucionalidade e legalidade das diversas propostas que vem sendo apresentadas por vários segmentos da sociedade e pelo Governo Federal. Entre as soluções possíveis estão a indenização da terra nua das propriedades rurais localizadas em terrenos indígenas tradicionais; a desapropriação por interesse social, com pagamento em dinheiro, em situações emergenciais; a possibilidade de aquisição direta de áreas destinadas aos povos indígenas; a constituição de um fundo específico no estado membro (FEPATI) e a destinação de terras confiscadas da União.

Durante a reunião, realizada na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), também foi estabelecida a forma como serão conduzidos os trabalhos do grupo até a elaboração do relatório final da Comissão. De acordo com a Portaria nº 53 do CNJ, o documento deve ser entregue até o fim de julho ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa.

Segundo o coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, Rodrigo Rigamonte Fonseca, a Comissão deliberou no sentido de que o relatório final deverá conter o levantamento de todas as áreas indígenas objeto de procedimentos administrativos demarcatórios no estado e eventuais ações judiciais referentes aos processos de demarcação; uma análise dos instrumentos jurídicos adequados para fundamentar a solução dos conflitos em Mato Grosso do Sul e sugestões mais abrangentes a todos os Poderes da República para o enfrentamento dos conflitos envolvendo terras indígenas.

Participaram da reunião, além do coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, membros do TJMS, do TRF da 3ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos, como também líderes indígenas, representantes dos produtores rurais e estudiosos da questão no estado.

Fonte: Da redação (Justiça em Foco), por Tatiane Freire/CNJ.



---

**“Questão indígena na história do Piauí” é tema de debate no Campus de Parnaíba**  
SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, 25.06.2013

A história indígena no Piauí será tema de debate na Universidade Estadual do Piauí-UESPI, no Campus Alexandre Alves, em Parnaíba. O evento, organizado pelos discentes do IV período do Curso de Licenciatura Plena em História, acontece no dia 04 de julho, às 10h, no Auditório do Campus.

A Professora Doutora, Claudete Dias, da Universidade Federal do Piauí-UFPI, é a docente convidada pelos estudantes para mediar o debate. O motivo, é pela vasta experiência da docente com a questão indígena no Piauí, e em virtude, de ter vários trabalhos sobre a temática. A exemplo, da tese de doutorado defendida em 2008 intitulada “O outro lado da História de Independência do Brasil visto pelas lutas do Piauí” e da publicação recente do livro “História dos índios do Piauí”. O Cacique Guilherme e outros Membro da Associação Itacoatiara de remanescentes indígenas do município de Piripiri também irão contribuir com o debate.

O Coordenador do Curso de História do Campus de Parnaíba, Professor Dr. Edson Holanda Lima Barbosa, destaca a importância do debate sobre a questão indígena no Piauí. “A questão é importante em virtude da própria Legislação do Ministério da Educação-MEC, de acordo com a Lei nº11.645/2008 sobre a obrigatoriedade da questão indígena no trabalho educativo.” Nisto, segundo ele, “é fundamental para os graduandos estudarem as diversas temáticas, como a indígena, para aplicabilidade do conhecimento em sala de aula”, afirma.